

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	69.190.450
Preferenciais	0
Total	69.190.450
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	567.199	462.113
1.01	Ativo Circulante	269.468	136.234
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214.507	75.514
1.01.01.01	Caixa restrito	8.004	5.655
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	206.503	69.859
1.01.03	Contas a Receber	46.102	40.481
1.01.03.01	Clientes	36.086	34.367
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.016	6.114
1.01.04	Estoques	298	275
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.561	19.964
1.02	Ativo Não Circulante	297.731	325.879
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	94.343	118.613
1.02.01.03	Contas a Receber	2.901	1.876
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.901	1.876
1.02.01.06	Tributos Diferidos	75.024	90.166
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	75.024	90.166
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	97	62
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	16.321	26.509
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	16.321	26.509
1.02.02	Investimentos	59.787	64.482
1.02.02.01	Participações Societárias	59.787	64.482
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	59.787	64.482
1.02.03	Imobilizado	12.810	12.123
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.810	12.123
1.02.04	Intangível	130.791	130.661
1.02.04.01	Intangíveis	130.791	130.661
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	128.717	128.717
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.074	1.944

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	567.199	462.113
2.01	Passivo Circulante	140.106	171.698
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.343	6.267
2.01.02	Fornecedores	20.898	14.776
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.674	8.971
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.736	19.026
2.01.04.02	Debêntures	37.736	19.026
2.01.05	Outras Obrigações	60.708	115.686
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.441	13.491
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	12.441	13.491
2.01.05.02	Outros	48.267	102.195
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	9.175
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	0	2.549
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	41.094	86.329
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	6.759	3.385
2.01.05.02.06	Outras obrigações	414	757
2.01.06	Provisões	6.747	6.972
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.747	6.972
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.747	6.972
2.02	Passivo Não Circulante	134.869	159.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	112.500	131.250
2.02.01.02	Debêntures	112.500	131.250
2.02.02	Outras Obrigações	1.274	1.313
2.02.02.02	Outros	1.274	1.313
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	1.274	1.313
2.02.03	Tributos Diferidos	1.340	1.039
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.340	1.039
2.02.04	Provisões	19.755	25.578
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.755	25.578
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.864	15.774
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	4.891	9.804
2.03	Patrimônio Líquido	292.224	131.235
2.03.01	Capital Social Realizado	227.619	36.462
2.03.02	Reservas de Capital	3.626	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.626	0
2.03.04	Reservas de Lucros	60.433	91.861
2.03.04.01	Reserva Legal	7.292	7.292
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.674	1.726
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	51.467	55.319
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	27.524
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	546	2.912

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	126.398	159.429	73.421	170.621
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-85.185	-104.210	-51.936	-117.830
3.03	Resultado Bruto	41.213	55.219	21.485	52.791
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.804	-26.592	-4.650	-11.147
3.04.01	Despesas com Vendas	-154	-816	-233	-436
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.350	-29.145	-12.592	-23.309
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-12.708	-24.416	-11.894	-21.928
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-3.642	-4.729	-698	-1.381
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-474	1.830	350	1.729
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	-474	1.830	350	1.729
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	174	1.539	7.825	10.869
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	174	1.539	7.825	10.869
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.409	28.627	16.835	41.644
3.06	Resultado Financeiro	4.013	884	-3.377	-8.241
3.06.01	Receitas Financeiras	9.715	11.657	1.429	3.416
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.715	11.657	1.429	3.416
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.702	-10.773	-4.806	-11.657
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.544	-10.473	-4.476	-7.543
3.06.02.02	Varição cambial e monetária, líquidas	-158	-300	-330	-4.114
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.422	29.511	13.458	33.403
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.090	-20.340	-1.351	-10.715
3.08.02	Diferido	-20.090	-20.340	-1.351	-10.715
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.332	9.171	12.107	22.688
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.332	9.171	12.107	22.688
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	8.332	9.171	12.107	22.688
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-412	-2.366	-863	-1.051
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.920	6.805	11.244	21.637

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.191	49.832
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.050	37.592
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	9.172	22.688
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-1.539	-10.869
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.229	1.379
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	0	155
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.340	10.715
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação cambial	9.681	15.231
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	1.077	0
6.01.01.09	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-1.008	-1.350
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	98	-357
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.859	12.240
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.614	15.697
6.01.02.02	Estoques	-23	79
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-646	3.691
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	236	11.589
6.01.02.05	Outras contas a receber	149	-135
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-1.025	-89
6.01.02.07	Despesas antecipadas	11.368	6.310
6.01.02.08	Fornecedores	6.836	5.209
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-6.211	-57
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	76	1.247
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-45.274	-29.679
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-412	-304
6.01.02.13	Outras obrigações e contas a pagar	681	-1.318
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.740	8.103
6.02.01	Dividendos recebidos de controladas	226	9.365
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.966	-1.262
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	136.193	-49.324
6.03.01	Aumento de capital - emissão de novas ações	187.586	0
6.03.02	Gastos na emissão de ações	-14.400	0
6.03.03	Partes relacionadas	9.138	-21.765
6.03.04	Pagamento de dividendos	-36.699	-15.225
6.03.05	Emissão de debêntures	0	150.000
6.03.06	Pagamento de juros de debêntures	-9.432	0
6.03.07	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - principal	0	-145.260
6.03.08	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - juros	0	-17.074
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	136.644	8.611
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.859	17.595
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	206.503	26.206

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	191.157	0	-13.075	0	-27.524	150.558
5.04.01	Aumentos de Capital	200.661	0	-13.075	0	0	187.586
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-9.504	0	0	0	0	-9.504
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-27.524	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.171	-2.366	6.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.171	0	9.171
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.366	-2.366
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.366	-2.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.574	9.223	-9.171	0	3.626
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.626	9.171	-9.171	0	3.626
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-52	52	0	0	0
5.07	Saldos Finais	227.619	12.592	51.467	0	546	292.224

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.000	0	-25.000	0	0	-20.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000	0	-5.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.000	0	0	-20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.688	-1.051	21.637
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.688	0	22.688
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.051	-1.051
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.051	-1.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-154	22.842	-22.688	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	22.688	-22.688	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-154	154	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.462	7.374	77.946	0	-851	120.931

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	181.919	196.060
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	181.821	196.417
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	98	-357
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-109.769	-116.950
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-100.773	-111.315
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.631	-5.914
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4	-73
7.02.04	Outros	-361	352
7.03	Valor Adicionado Bruto	72.150	79.110
7.04	Retenções	-1.229	-1.379
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.229	-1.379
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.921	77.731
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.134	22.570
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.539	10.869
7.06.02	Receitas Financeiras	13.392	11.526
7.06.03	Outros	203	175
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	86.055	100.301
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	86.055	100.301
7.08.01	Pessoal	17.939	17.935
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.729	16.194
7.08.01.02	Benefícios	2.528	1.019
7.08.01.03	F.G.T.S.	682	722
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.789	39.151
7.08.02.01	Federais	40.189	31.519
7.08.02.03	Municipais	5.600	7.632
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.156	20.527
7.08.03.01	Juros	12.356	19.676
7.08.03.02	Aluguéis	800	851
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.171	22.688
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.171	22.688

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	622.335	521.803
1.01	Ativo Circulante	373.840	251.964
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	262.701	127.529
1.01.01.01	Caixa restrito	8.004	6.595
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	254.697	120.934
1.01.03	Contas a Receber	88.025	88.484
1.01.03.01	Clientes	69.774	66.097
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.251	22.387
1.01.04	Estoques	1.332	1.258
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.782	34.693
1.02	Ativo Não Circulante	248.495	269.839
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	86.294	109.152
1.02.01.03	Contas a Receber	3.885	2.846
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.885	2.846
1.02.01.06	Tributos Diferidos	77.341	92.603
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	77.341	92.603
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	455	639
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.613	13.064
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	4.613	13.064
1.02.03	Imobilizado	25.501	23.452
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.501	23.452
1.02.04	Intangível	136.700	137.235
1.02.04.01	Intangíveis	136.700	137.235
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	134.480	135.074
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.220	2.161

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	622.335	521.803
2.01	Passivo Circulante	184.452	219.461
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.230	9.291
2.01.02	Fornecedores	45.484	36.475
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.988	17.423
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.736	19.026
2.01.04.02	Debêntures	37.736	19.026
2.01.05	Outras Obrigações	72.917	129.752
2.01.05.02	Outros	72.917	129.752
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	442	9.616
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	0	2.549
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	65.232	113.290
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	6.759	3.466
2.01.05.02.06	Outras obrigações	484	831
2.01.06	Provisões	7.097	7.494
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.097	7.494
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.097	7.494
2.02	Passivo Não Circulante	142.984	169.024
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	112.500	131.250
2.02.01.02	Debêntures	112.500	131.250
2.02.02	Outras Obrigações	1.274	1.313
2.02.02.02	Outros	1.274	1.313
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	1.274	1.313
2.02.03	Tributos Diferidos	1.716	1.429
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.716	1.429
2.02.04	Provisões	27.494	35.032
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.494	35.032
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.222	21.915
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	7.272	13.117
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	294.899	133.318
2.03.01	Capital Social Realizado	227.619	36.462
2.03.02	Reservas de Capital	3.626	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.626	0
2.03.04	Reservas de Lucros	60.433	91.861
2.03.04.01	Reserva Legal	7.292	7.292
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.674	1.726
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	51.467	55.319
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	27.524
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	546	2.912
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.675	2.083

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	184.311	266.381	134.547	296.083
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-132.670	-191.103	-93.615	-214.253
3.03	Resultado Bruto	51.641	75.278	40.932	81.830
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.786	-41.849	-20.815	-35.584
3.04.01	Despesas com Vendas	-651	-2.545	-713	-1.478
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.768	-43.684	-19.802	-38.127
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-19.913	-38.573	-18.803	-36.133
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-3.855	-5.111	-999	-1.994
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	633	4.380	-300	4.021
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	633	4.380	-300	4.021
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.855	33.429	20.117	46.246
3.06	Resultado Financeiro	2.990	-196	-3.398	-8.315
3.06.01	Receitas Financeiras	10.338	13.004	2.010	4.374
3.06.01.01	Receitas financeiras	10.338	13.004	2.010	4.374
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.348	-13.200	-5.408	-12.689
3.06.02.01	Despesas financeiras	-6.271	-12.156	-5.356	-9.502
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquidas	-1.077	-1.044	-52	-3.187
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.845	33.233	16.719	37.931
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.970	-23.470	-3.743	-14.172
3.08.01	Corrente	-1.995	-3.256	-2.221	-3.322
3.08.02	Diferido	-19.975	-20.214	-1.522	-10.850
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.875	9.763	12.976	23.759
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.875	9.763	12.976	23.759
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.332	9.171	12.107	22.688
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	543	592	869	1.071
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.875	9.763	12.976	23.759
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-412	-2.366	-863	-1.051
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.463	7.397	12.113	22.708
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.920	6.805	11.244	21.637
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	543	592	869	1.071

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.179	36.324
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.767	55.031
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	9.764	23.759
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.447	2.866
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	12	774
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.214	10.850
6.01.01.07	Encargos financeiros e variação cambial	9.926	17.450
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	1.077	0
6.01.01.09	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-1.782	-1.165
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	109	497
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.588	-18.707
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-6.871	11.503
6.01.02.02	Estoques	-90	279
6.01.02.03	Impostos a recuperar	3.082	4.628
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-2.224	10.610
6.01.02.05	Outras contas a receber	1.654	-1.160
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-1.046	-295
6.01.02.07	Despesas antecipadas	11.477	-3.150
6.01.02.08	Fornecedores	11.431	7.351
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-10.352	-1.930
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	91	1.934
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-46.052	-46.571
6.01.02.12	Outras obrigações e contas a pagar	1.745	-1.485
6.01.02.13	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-433	-421
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.767	-2.811
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-4.767	-2.811
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	135.506	-32.633
6.03.01	Aumento de capital - emissão de novas ações	187.586	0
6.03.02	Gastos na emissão de ações	-14.400	0
6.03.03	Partes relacionadas	8.451	-2.534
6.03.04	Pagamentos de dividendos	-36.699	-16.143
6.03.05	Emissão de debêntures	0	150.000
6.03.06	Pagamento de juros de debêntures	-9.432	0
6.03.07	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - principal	0	-146.882
6.03.08	Pagamento de empréstimos e financiamentos e "swap" - juros	0	-17.074
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.155	-236
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	133.763	644
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	120.934	55.165
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	254.697	55.809

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235	2.083	133.318
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.462	9.018	55.319	0	30.436	131.235	2.083	133.318
5.04	Transações de Capital com os Sócios	191.157	0	-13.075	0	-27.524	150.558	0	150.558
5.04.01	Aumentos de Capital	200.661	0	-13.075	0	0	187.586	0	187.586
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-9.504	0	0	0	0	-9.504	0	-9.504
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-27.524	-27.524	0	-27.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.171	-2.366	6.805	592	7.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.171	0	9.171	592	9.763
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.366	-2.366	0	-2.366
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.366	-2.366	0	-2.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.574	9.223	-9.171	0	3.626	0	3.626
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.626	9.171	-9.171	0	3.626	0	3.626
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-52	52	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	227.619	12.592	51.467	0	546	292.224	2.675	294.899

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294	1.774	121.068
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.462	7.528	80.104	0	200	119.294	1.774	121.068
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.000	0	-25.000	0	0	-20.000	-1.109	-21.109
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000	0	-5.000	0	0	0	0	0
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	-20.000	0	0	-20.000	0	-20.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.109	-1.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.688	-1.051	21.637	1.071	22.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.688	0	22.688	1.071	23.759
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.051	-1.051	0	-1.051
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.051	-1.051	0	-1.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-154	22.842	-22.688	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	22.688	-22.688	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-154	154	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.462	7.374	77.946	0	-851	120.931	1.736	122.667

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	299.066	333.584
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	298.492	329.609
7.01.02	Outras Receitas	465	3.478
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	109	497
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-189.346	-203.190
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-174.514	-192.901
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.267	-9.484
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-106	-159
7.02.04	Outros	-459	-646
7.03	Valor Adicionado Bruto	109.720	130.394
7.04	Retenções	-2.447	-2.866
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.447	-2.866
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	107.273	127.528
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.614	15.743
7.06.02	Receitas Financeiras	15.363	14.850
7.06.03	Outros	1.251	893
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.887	143.271
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.887	143.271
7.08.01	Pessoal	28.910	30.547
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.731	27.966
7.08.01.02	Benefícios	3.268	1.636
7.08.01.03	F.G.T.S.	911	945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	62.590	58.160
7.08.02.01	Federais	48.953	45.577
7.08.02.02	Estaduais	7.605	3.727
7.08.02.03	Municipais	6.032	8.856
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.624	30.805
7.08.03.01	Juros	15.640	23.060
7.08.03.02	Aluguéis	1.313	1.384
7.08.03.03	Outras	5.671	6.361
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.763	23.759
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.171	22.688
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	592	1.071

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Desempenho Financeiro e Operacional no 2T11

O segundo trimestre do ano foi marcado por forte crescimento dos indicadores financeiros e operacionais em comparação com o 1T11 e 2T10. Realizamos 334 eventos com mais de 1 milhão de ingressos vendidos, sem considerar exposições e eventos esportivos. No acumulado do ano totalizamos 500 eventos com 1,4 milhão de ingressos vendidos. Dentre os principais shows e eventos realizados destacam-se:

Música ao Vivo: promoção das turnês internacionais - *U2*, *Ozzy Osbourne*, *Roxette*, *Avenged Sevenfold*, *John Fogerty*, *Ian Anderson*, *Mötley Crüe*, *Alice Cooper*, que passaram pelo Brasil, Argentina e Chile, totalizando 38 apresentações, além de shows de artistas nacionais como Exaltasamba, Djavan, Ana Carolina, Kid Abelha, dentre outros.

Espectáculos Familiares, Teatro e Exposições Culturais: realização de apresentações de espetáculos familiares como *Disney on Ice* em três capitais brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e *Cirque Eloize* em Buenos Aires, Argentina. Seguimos com a temporada dos musicais originais da *Broadway Mamma Mia!* em São Paulo, *Sounds of Music* (A Noviça Rebelde) em Buenos Aires, e exposições culturais como *Titanic* em Porto Alegre.

Eventos Esportivos: realização das etapas de São Paulo, Ribeirão Preto, Porto Alegre e Campo Grande da temporada 2011 da “Copa Caixa” Stock Car.

No 2T11, a Companhia registrou receita líquida de R\$184,3 milhões, um crescimento de 125%, sobre o 1T11 e variação positiva de 37% frente ao 2T10. Esse importante incremento na receita é explicado pelos seguintes fatores:

Promoção de eventos

Música ao vivo

As receitas líquidas de música ao vivo apresentaram elevação de 106% quando comparadas ao 1T11, devido à realização de 69% a mais em número de apresentações e pela diferença na *mix* de conteúdos, o que significou incremento no preço médio por ingresso em 6% e 45% em comparação com ao 1T11 e 2T10, respectivamente.

No 2T11 realizamos shows das turnês do *U2* e *Ozzy Osbourne* em estádios e em arenas ao ar livre, os quais apresentaram elevados preços médios e público pagante. Também realizamos um maior número de turnês *indoor*, sendo que as turnês sul-americanas de *Roxette* e *Avenged Sevenfold* totalizaram 13 apresentações com praticamente todos os ingressos esgotados.

Eventos família, teatro e exposições culturais

No 2T11 tivemos crescimento de 184% nas receitas líquidas em relação ao 1T11, visto que nesse trimestre foram promovidos um maior número de apresentações de eventos família, sobretudo, *Disney on Ice* em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e *Cirque Eloize* em Buenos Aires.

Comentário do Desempenho

A redução observada da receita líquida no 1S11 em relação ao 1S10 deve-se à realização da turnê do *Cirque du Soleil* nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Buenos Aires num total de 165 apresentações com mais de 286 mil ingressos vendidos ao preço médio de R\$249.

Eventos esportivos

As receitas de eventos esportivos do 2T11 registraram um crescimento de 434% em relação ao 1T11, devido à realização de 4 etapas da categoria de automobilismo nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, Porto Alegre-RS e Campo Grande-MT em comparação à realização de apenas 1 etapa em Curitiba no 1T11.

Operação de bilheteria, alimentos e bebidas e de casas de espetáculos

As receitas de operação de bilheteria, alimentos e bebidas e de casas de espetáculos aumentaram 109% em relação ao 1T11, em razão do início das vendas de grandes shows de estádio, como *Aerosmith* e *Judas Priest & Whitesnake*, bem como do *Cirque du Soleil*, conteúdos que possuem maior percentual de público que adquire seus ingressos por canais que geram taxa de conveniência. Além disso, nosso resultado foi impactado positivamente pela operação de alimentos e bebidas e *merchandising* dos shows da turnê sul-americana do *U2* e *Ozzy Osbourne* e da temporada de *Disney on Ice*.

Destacamos ainda que no 2T11 a Ticketek, nossa empresa de comercialização de ingressos na Argentina, foi responsável pela venda dos ingressos da Copa América 2011 de futebol.

Patrocínios

As receitas de patrocínios elevaram-se 148% em comparação com o 1T11 e 56% em relação ao 2T10. Esse aumento é justificado pela promoção de um maior número de apresentações, incluindo turnês de grandes artistas internacionais, além da realização de *Disney on Ice* e a abertura de vendas do *Cirque du Soleil*, com consequente entrega e apropriação de parte dos benefícios previstos nos contratos de patrocínio. Verificamos ainda um acréscimo nos valores unitários de patrocínios dos diversos conteúdos que promovemos.

Lucro Bruto

A Companhia encerrou o 2T11 com um lucro bruto de R\$51,6 milhões, um aumento de 118% sobre o 1T11 e um crescimento de 26% em relação ao 2T10.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

No 2T11 as despesas com vendas mantiveram-se em linha com o 2T10. As despesas gerais e administrativas representaram 10,8% da receita líquida comparativamente a 14% no 2T10, uma redução de 3,2 p.p. mesmo com o fortalecimento da estrutura corporativa já implementada para fazer frente ao novo ciclo de crescimento.

Comentário do Desempenho

Em comparação ao 1S10, o crescimento de despesas gerais e administrativas no 2S11 foi de 6,9%, inferior à inflação do período.

EBITDA

A Companhia encerrou o 2T11 com um EBITDA ajustado de R\$31,4 milhões, 364% superior ao 1T11 e 47% superior ao mesmo período do ano anterior, e margem de 17,0% da receita líquida, mais que o dobro do 1T11 e 1,1 p.p. acima do 2T10. O 1S11 ficou R\$11 milhões abaixo do 1S10 devido ainda aos efeitos do 1T10 ter sido totalmente atípico em relação ao comportamento histórico da indústria, conforme esclarecemos no relatório do 1T11.

(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)	2T11	1T11	Var. 2T11/1T11	2T10	Var. 2T11/2T10	1S11	1S10	Var. 1S11/1S10
Reconciliação do EBITDA								
Lucro Líquido	8.875	888	899%	12.976	-32%	9.763	23.759	-59%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	21.970	1.500	1365%	3.743	-242%	23.470	14.172	66%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(2.990)	3.186	n.a.	3.399	n.a.	196	8.315	-98%
(-) Depreciações e Amortizações	1.258	1.190	6%	1.225	-496%	2.448	2.867	-15%
= EBITDA	29.114	6.764	330%	21.343	36%	35.878	49.113	-27%
Margem EBITDA	15,8%	8,2%	7,6 p.p.	15,9%	-0,1 p.p.	13,5%	16,6%	-3,1 p.p.
Despesas de IPO não recorrentes	2.282	-	n.a.	-	n.a.	2.282	-	n.a.
= EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	31.395	6.764	364%	21.343	47%	38.159	49.113	-22%
Margem EBITDA Ajustada	17,0%	8,2%	8,8 p.p.	15,9%	1,1 p.p.	14,3%	16,6%	-2,3 p.p.

(1) Excluindo despesas não recorrentes relacionadas à abertura de capital.

Lucro antes do IRPJ e CSLL

O LAIR do 2T11 foi 84% superior a igual período do ano anterior, devido ao expressivo resultado operacional da Companhia, além de um resultado financeiro líquido positivo em R\$4 milhões no 2T11.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 2T11 foi de R\$8,9 milhões em comparação a R\$13 milhões do 2T10. O lucro líquido teria sido R\$28,9 milhões (99% acima 2T10 ajustado nessa mesma base) não fosse pela reversão e realização de IRPJ e CSLL diferidos no valor de R\$20 milhões, o que afetou negativamente o resultado.

Os principais fatores que ocasionaram a reversão e a realização de IRPJ e CSLL diferidos no 2T11 foram: (i) inclusão de determinados débitos fiscais relativos a autos de infração em discussão administrativa junto a Receita Federal do Brasil no programa de parcelamento de impostos instituídos pela Lei 11.941/09, desistindo definitivamente destas discussões e acatando os referidos autos de infração, o que acarretou a revisão das bases de cálculo dos impostos diferidos e consequente reversão de IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$11,4 milhões; (ii) efeitos de IRPJ e CSLL no montante de R\$4,9 milhões relativos aos gastos na emissão de ações, e (iii) efeitos tributários no montante de R\$3,1 milhões relativos à realização do ágio gerado por incorporação.

Comentário do Desempenho

Importante ressaltar que, mesmo tendo a companhia revertido os créditos fiscais acima descritos, o impacto no fluxo de caixa é positivo tendo em vista que R\$10,2 milhões estão sendo ressarcidos pela CIE México, devido a acordo pelo qual os passivos anteriores à aquisição (2007) são reembolsados pelo antigo controlador.

Capital de Giro

No 2T11 a Companhia manteve o capital de giro negativo, no valor de R\$28 milhões considerando ativos operacionais no valor de R\$112 milhões e passivos operacionais em R\$140 milhões. Quando comparado ao 1T11, houve consumo de capital de giro de R\$57 milhões, devido principalmente ao recebimento das vendas dos shows do U2, realizada em sua quase totalidade no 4T10, enquanto que a maioria dos custos de produção e cachê relativos a este evento foi realizada no 2T11.

Importante ressaltar que em nossa atividade somos fortes geradores de caixa, recebemos antecipadamente pela venda de ingressos e patrocínios em todos os principais eventos que promovemos. Iniciamos as vendas de diversos conteúdos de grande relevância como o *Cirque du Soleil* (meados de junho de 2011) e outros que continuarão a gerar capital de giro negativo.

O nosso passivo circulante total encerrou em R\$185 milhões no 2T11 (31% abaixo do 1T11), valor bem inferior ao nosso ativo circulante total, que, na mesma data, era de R\$375 milhões (45% acima do 1T11).

Fluxo de Caixa

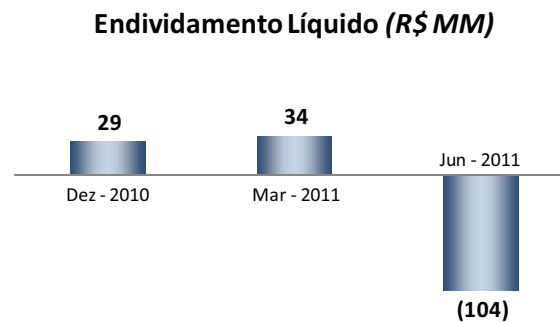
(em milhões de R\$)	1S11	1S10
FLUXO DE CAIXA		
Lucro líquido do exercício	9,8	23,8
Depreciação e amortização	2,4	2,9
Ajustes para reconciliar o LL com o caixa operacional (Aumento) / Redução nos ativos e passivos operacionais	29,6 (37,6)	28,4 (18,7)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	4,2	36,3
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(4,8)	(2,8)
Aumento de Capital	187,6	-
Pagamento de dividendos	(36,7)	(16,1)
Outros	(15,4)	(16,5)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	135,5	(32,6)
Variação cambial sobre caixa	(1,2)	(0,2)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA	133,7	0,6

A geração de caixa operacional foi de R\$4,2 milhões no 1S11 em comparação a R\$36,3 milhões no 1S10. A variação observada reflete parte do consumo de capital de giro devido à realização da turnê sul-americana do U2, cujos ingressos foram vendidos no último trimestre de 2010.

Endividamento

Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou o período com um caixa R\$ 255 milhões e um endividamento líquido negativo de R\$ 104 milhões, em função das debêntures emitidas no valor de R\$ 150 milhões em março de 2010 e com vencimento em março de 2015.



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido consolidado aumentou 181,6%, ou R\$190 milhões, passando de R\$105 milhões em 31 de março de 2011 para R\$295 milhões em 30 de junho de 2011. Essa variação é explicada pela oferta primária de ações da Companhia em abril de 2011. O montante total da oferta inicial de ações (IPO) foi de R\$503 milhões, dos quais R\$188 milhões foram representados pela oferta primária.

O patrimônio líquido consolidado, em 30 de junho de 2011, representava 47,3% do ativo total na mesma data.

Pipeline de Conteúdos

Em junho, abrimos vendas para a turnê do *Cirque du Soleil – Varekai* para as praças de São Paulo e Rio de Janeiro. Somente para as apresentações em São Paulo, cuja *première* será realizada no dia 15 de setembro de 2011, já foram vendidos até o momento mais de 120 mil ingressos. Em dezembro de 2011 as apresentações seguirão para o Rio de Janeiro e no próximo ano a turnê *Varekai* excursionará por outras 6 capitais brasileiras, além das principais metrópoles sul-americanas.

Em julho abrimos vendas para a turnê do *Pearl Jam* que se realizará no 4T11 em 4 capitais brasileiras, além de Buenos Aires e Santiago. Até o momento já temos mais de 160 mil ingressos vendidos, sendo que as apresentações em São Paulo e no Rio de Janeiro estão com os ingressos praticamente esgotados.

Adicionalmente, em julho realizamos mais de 25 shows de música ao vivo, entre eles as turnês sul-americanas da *Avril Lavigne* e *Katherine Jenkins*. Para agosto e setembro já temos mais de 50 apresentações de música ao vivo confirmadas, entre elas, *Red Hot Chili Peppers*, *Judas Priest & Whitesnake*, *Ricky Martin*, *Erasure*, além de vários artistas nacionais. Em relação às peças teatrais, no 3T11 daremos continuidade aos conteúdos que estão em cartaz, *Mamma Mia!* no Teatro Abril em São Paulo e *Sounds of Music* (A Noviça Rebelde) no Opera Citi em Buenos Aires. Em agosto, iniciaremos as apresentações do musical da *Broadway Bruxas de Eastwick* no Teatro Bradesco em São Paulo.

Comentário do Desempenho

Ainda no 3T11, nossa divisão de eventos esportivos promoverá 4 etapas do circuito “Copa Caixa” de Stock Car, que serão realizadas nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Santa Cruz – RS. Destacamos que no primeiro final de semana de agosto realizamos a principal prova da categoria, a “Corrida do Milhão”, que premiou o vencedor em R\$1 milhão. Também promoveremos neste período 3 etapas das categorias Copa Chevrolet Montana e Mini Challenge e 4 etapas da nova categoria - Copa Petrobras de Marcas.

Para o último trimestre do ano já temos confirmadas as realizações das turnês do *Tears for Fears* (7 shows) e *Ringo Starr* (9), além de 13 shows de estádios: *Pearl Jam* (6), *Britney Spears* (3), *Aerosmith* (2) e *Guns n’ Roses* (2).

Para o início do próximo ano já confirmamos a turnê de **Roger Waters** com o show *The Wall*, que terá abertura de vendas ainda no 3T11.

Destques Financeiros e Operacionais

(em milhares de R\$, exceto se de outra forma indicado)

	2T11	1T11	Var. 2T11/1T11	2T10	Var. 2T11/2T10	1S11	1S10	Var. 1S11/1S10
Indicadores Financeiros								
Receita Líquida	184.311	82.070	125%	134.547	37%	266.381	296.083	-10%
Promoção de Eventos	118.101	53.514	121%	84.390	40%	171.614	199.410	-14%
Música ao Vivo	94.529	45.841	106%	42.100	125%	140.369	118.915	18%
Eventos Família, Teatro e Exposições Culturais	19.754	6.958	184%	37.561	-47%	26.712	73.937	-64%
Eventos Esportivos	3.818	715	434%	4.729	-19%	4.533	6.558	-31%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	24.228	11.614	109%	15.495	56%	35.842	35.090	2%
Patrocínio	41.982	16.942	148%	34.663	21%	58.924	61.583	-4%
Promoção de Eventos	37.087	12.351	200%	29.733	25%	49.438	52.929	-7%
Operação de Bilheteria, A&B e Casas de Espetáculos	4.895	4.591	7%	4.930	-1%	9.486	8.654	10%
Lucro Bruto	51.641	23.637	118%	40.932	26%	75.278	81.830	-8%
Margem Bruta (%)	28,0%	28,8%	-0,8 p.p.	30,4%	-2,4 p.p.	28,3%	27,6%	0,7 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	31.395	6.764	364%	21.343	47%	38.159	49.113	-22%
Margem EBITDA Ajustada (%)	17,0%	8,2%	8,8 p.p.	15,9%	1,1 p.p.	14,3%	16,6%	-2,3 p.p.
EBITDA	29.114	6.764	330%	21.343	36%	35.878	49.113	-27%
Margem EBITDA (%)	15,8%	8,2%	7,6 p.p.	15,9%	-0,1 p.p.	13,5%	16,6%	-3,1 p.p.
Lucro Líquido	8.875	888	899%	12.976	-32%	9.763	23.759	-59%
Margem Líquida (%)	4,8%	1,1%	3,7 p.p.	9,6%	-4,8 p.p.	3,7%	8,0%	-4,3 p.p.

(1) Excluindo despesas não recorrentes relacionadas à abertura de capital.

	2T11	1T11	Var. 2T11/1T11	2T10	Var. 2T11/2T10	1S11	1S10	Var. 1S11/1S10
Indicadores Operacionais ⁽¹⁾								
Música ao Vivo								
Número de Eventos	118	70	69%	92	28%	188	162	16%
Total de Ingressos Vendidos (000)	736	334	120%	339	117%	1.070	1.012	6%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	146	138	6%	101	45%	144	118	22%
Eventos Família e Teatro								
Número de Eventos	216	96	125%	262	-18%	312	369	-15%
Total de Ingressos Vendidos (000)	287	57	405%	372	-23%	343	531	-35%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	66	107	-38%	129	-49%	73	169	-57%

(1) Não inclui Exposições Culturais e Eventos Esportivos

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, conjuntos 42, 52, 61 e 62, na cidade de São Paulo – SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos, como teatros, ginásios e estádios.

A Companhia administra quatro casas de espetáculos no Brasil: Credicard Hall, Citibank Hall e Teatro Abril, em São Paulo, e Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e uma casa de espetáculos na Argentina: o Teatro Opera Citi. Além de no Brasil, as operações incluem eventos na Argentina e no Chile, através de suas controladas, e no Peru. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas das categorias Copa Caixa Stock Car, Copa Chevrolet Montana e Copa Mini Challenge e a Copa Petrobrás de Marcas. Juntas, elas compõem o principal evento automobilístico nacional.

A controladora imediata do Grupo T4F é a F.A. Comércio e Participações (“F.A. Part”), com participação de 28,14%.

Em 13 de abril de 2011, a Companhia realizou sua oferta inicial de ações (“IPO”), resultando no aporte do seu capital social em R\$187.586, integralizando 11.724.138 ações ordinárias emitidas pela Companhia. Os custos com a oferta dessas ações foram registrados em conta específica redutora do patrimônio líquido, no montante de R\$9.504, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$4.896.

Em agosto de 2008, a Companhia assinou com a Live Nation Worldwide, a maior empresa de entretenimento ao vivo do mundo, um contrato que engloba: (a) não competição; (b) agendamento de shows; e (c) exclusividade para as turnês internacionais dos artistas por esta geridos. O contrato cobre o território da América do Sul (exceto Colômbia) e tem duração de sete anos. Com esse contrato a Companhia beneficia-se do aumento de seu portfólio de conteúdos, alavancando seus negócios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011 compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com

Notas Explicativas

as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com o CPC 21, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto de informações, lado a lado.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir na nota explicativa nº3. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nos trimestres e semestres apresentados e nas informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos

Notas Explicativas

balanços, possuem vencimentos inferiores há 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Despesas antecipadas

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos, shows e espetáculos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em propriedades de terceiros, que estão sendo depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor. Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia efetuou reavaliação do ativo imobilizado em 2006, o custo atribuído (“deemed cost”) do ativo imobilizado não difere dos valores contábeis registrados nas informações contábeis intermediárias.

i) Reserva de reavaliação

Notas Explicativas

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros (prejuízos) acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 27. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e sua controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007.

j) Aquisições de controladas - ágio

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

Em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, no momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Notas Explicativas

k) Outros intangíveis

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio (excluindo ágios)

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

Nas datas de encerramento dos balanços, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e as despesas antecipadas, a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

Nas datas de encerramento dos balanços, a Companhia revisa o valor contábil dos bens do imobilizado e do intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda do valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de determinar a extensão da perda do valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Notas Explicativas

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Debêntures

Registradas pelo valor principal, acrescido dos respectivos encargos, que são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisão

Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receita de serviços

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da

Notas Explicativas

realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via Internet ou pelo telefone, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência ou entrega dos ingressos.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” referem-se à nomeação das casas de espetáculos e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínio são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos

As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Notas Explicativas

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias (nenhuma das quais situada em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio.
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.
- iv) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (2) ativos financeiros disponíveis para venda; e (3) debêntures e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Debêntures e recebíveis

São incluídos nessa classificação os passivos e ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo e passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo e passivo não circulantes. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, no caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), debêntures (nota explicativa nº16), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 15) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros

Notas Explicativas

mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos, com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

v) Plano de remuneração baseado em ações

Os contratos de outorga do plano de remuneração baseado em ações celebrados entre a Companhia e seus executivos determinam que os ganhos decorrentes da valorização desses

Notas Explicativas

instrumentos seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo, e, portanto estavam registrados como reservas de capital no patrimônio líquido. Entretanto, referidos contratos determinam também que no advento do processo de oferta pública de distribuição de ações, a Companhia deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo desses instrumentos foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em instrumento de patrimônio, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (vide nota explicativa nº 31).

w) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

x) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

y) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Notas Explicativas

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de junho de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	Após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.	1º de janeiro de 2011
• IFRS 10 "Demonstração Financeiras Consolidadas"	Substitui o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12 – Consolidação – Sociedades de propósito específico. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 "Mensuração ao Valor Justo"	Define o valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros	1o de janeiro de 2011

Notas Explicativas

Financeiras"	resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	Aplicado retroativamente.
<ul style="list-style-type: none"> Alterações à IAS 24 – Divulgação de partes relacionadas 	Divulgações de partes relacionadas.	1º de janeiro de 2011
<ul style="list-style-type: none"> Alterações à IFRIC 14 – Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento 	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	1º de janeiro de 2011
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em Joint Ventures", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1o de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
(ii) As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:		
<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	Aplicável a períodos anuais com <u>início em ou após</u>
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS	1º de janeiro de 2012

40

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”, equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Notas Explicativas

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços consolidados.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até a data de encerramento do exercício, nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperação de ágio.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato.

5. CONSOLIDAÇÃO SOCIETÁRIA

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o semestre, sobre o patrimônio líquido no início do semestre, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do período é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do período. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Notas Explicativas

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00
 <u>Controladas indiretas</u>		
T4F Entretenimientos S.A.	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos	798	787	11.303	29.479
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (a)	-	-	20.283	5.076
Certificado de Depósito Bancário - CDB/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	50.861	10.619	55.281	15.613
Operação compromissada DI (c)	154.844	58.453	167.830	70.766
Total	<u>206.503</u>	<u>69.859</u>	<u>254.697</u>	<u>120.934</u>

- a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e rentabilidade vinculada a preço de mercado.
- b) CDBs a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas de 100% a 101% (98% a 101% em 31 de dezembro de 2010) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

Notas Explicativas

- c) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por taxas de 100% a 105% (99% a 102,2% em 31 de dezembro de 2010) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, mantidos em nome da controladora ou de suas controladas no Banco do Brasil S.A. e vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 19). Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os recursos captados estavam mantidos em conta corrente bancária.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

- a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Clientes faturados (i)	6.559	6.580	20.157	23.302
Bilheteria (ii)	23.506	19.797	43.877	36.488
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	6.256	8.127	7.956	8.414
Total das contas a receber	36.321	34.504	71.990	68.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(235)	(137)	(2.216)	(2.107)
Total	36.086	34.367	69.774	66.097

- (i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.
- (ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.
- (iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes, camarotes e “naming rights”.

Notas Explicativas

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
A vencer:	36.062	33.714	50.619	49.082
Vencidas:				
Até 30 dias	19	636	16.497	14.777
De 31 a 60 dias	5	17	1.435	1.289
De 61 a 90 dias	-	-	719	672
De 91 a 180 dias	51	-	295	234
Há mais de 180 dias	184	137	2.425	2.150
Total das contas a receber	<u>36.321</u>	<u>34.504</u>	<u>71.990</u>	<u>68.204</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto, a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente.

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	137	2.107
Adições	957	1.354
Reversões e baixas	(859)	(1.245)
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>235</u>	<u>2.216</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	2.509	5.047
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.740	1.129	2.180	1.547
Programa de Integração Social - PIS	-	-	39	39
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	180	180
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	538	868
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	3.372	4.562
Outros	291	256	1.451	2.215
Total	<u>2.065</u>	<u>1.419</u>	<u>10.269</u>	<u>14.458</u>

(i) Imposto sobre ingressos brutos, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto

Notas Explicativas

acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controlador		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.358	1.251	5.729	4.054
Outros	222	565	1.121	838
Total	<u>1.580</u>	<u>1.816</u>	<u>6.850</u>	<u>4.892</u>

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá quando da respectiva realização.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se principalmente a valores desembolsados com antecedência para a realização de eventos, shows e espetáculos (“eventos”), substancialmente representados por cachês aos artistas e aparatos da produção dos shows, sendo apropriados ao resultado à medida que os eventos ocorrem.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Eventos, shows e espetáculos contratados	7.976	19.531	19.083	32.494
Outras	682	495	3.154	2.838
Total	<u>8.658</u>	<u>20.026</u>	<u>22.237</u>	<u>35.332</u>
Circulante	8.561	19.964	21.782	34.693
Não circulante	97	62	455	639

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo

a) 30 de junho de 2011

Notas ExplicativasControladora

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	94	-	-	-
B.A. Inversiones S.A.	380	-	(40)	1
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	2.448	-	-	107
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	969	-	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	17	-	-	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	143	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	-	12.298	(302)	1.221
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.556	-	(213)	83
T4F Inversiones S.A. (ii)	10.784	-	(1.121)	30
Vicar Promoções Desportivas S.A.	73	-	-	-
Total	<u>16.321</u>	<u>12.441</u>	<u>(1.676)</u>	<u>1.442</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	3.770	-	-	134
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	843	-	-	-
Total	<u>4.613</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>134</u>

Notas Explicativas

b) 31 de dezembro de 2010

Controladora

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	452	-
B.A. Inversiones S.A.	484	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	11.360	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	119	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	969	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	120
T4F Chile S.A. (iv)	-	13.371
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.241	-
T4F Inversiones S.A. (ii)	11.783	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	101	-
Total	<u>26.509</u>	<u>13.491</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	12.231
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	833
Total	<u>13.064</u>

- (i) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$5.206 mil, cujo saldo atualizado em 30 de junho de 2011 corresponde a R\$1.979, não serão integralizados ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.
- (ii) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$25.654 mil, cujo saldo atualizado em 30 de junho de 2011 corresponde a R\$9.754, não serão integralizados ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em

Notas Explicativas

controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.

- (iii) A Companhia e suas controladas mantêm, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em atendimento a esses contratos, a Companhia possui a receber da CIE Internacional S.A. de C.V., em 30 de junho de 2011, os montantes de R\$2.448 na controladora e de R\$3.770 no consolidado. O atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio não tem débitos com a Companhia. Esses saldos são atualizados pela variação do CDI.

A parte dos dividendos distribuídos pela Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2011 que deveria ser paga a ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$8.804, foi retida para liquidação parcial desse saldo.

- (iv) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para suprimento de caixa e para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo de vencimento.

12.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Notas Explicativas

Controladora	30/06/11				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Fixa	Variável (*)	Total	No início do semestre	No fim do semestre
Conselho de Administração	123	-	123	2	2
Diretores estatutários	2.324	2.282	4.606	3	6
Total	2.447	2.282	4.729		
	30/06/10				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Fixa	Variável (*)	Total	No início do semestre	No fim do semestre
Conselho de Administração	155	-	155	3	2
Diretores estatutários	1.226	-	1.226	2	2
Total	1.381	-	1.381		
Consolidado	30/06/11				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Fixa	Variável (*)	Total	No início do semestre	No fim do semestre
Conselho de Administração	123	-	123	2	2
Diretores estatutários	2.494	2.494	4.988	7	9
	2.617	2.494	5.111		
	30/06/10				
	Remuneração			Quantidade de profissionais	
	Fixa	Variável (*)	Total	No início do semestre	No fim do semestre
Conselho de Administração	155	-	155	3	2
Diretores estatutários	1.658	181	1.839	10	6
	1.813	181	1.994		

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no semestre. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.

O pessoal-chave da Administração não recebe: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas**13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**

a) Informações das controladas

a.1) 30 de junho de 2011

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do semestre	Participação - %	Equivalência patrimonial 30/06/11	Investimentos em controladas 30/06/11
Área Marketing Brasil Ltda.	1.115	51	99,99	51	1.115
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.831	(617)	99,99	(617)	7.831
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.137	2.077	99,99	2.077	2.137
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	39.811	(1.445)	100,00	(1.445)	39.811
T4F USA Inc.	869	(303)	100,00	(303)	869
Vicar Promoções Desportivas S.A.	10.699	2.368	75,00	1.776	8.024
Total				<u>1.539</u>	<u>59.787</u>

a.2) 31 de dezembro de 2010

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Investimentos em controlada: 31/12/10
Área Marketing Brasil Ltda.	1.290	440	99,99	1.290
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.448	(152)	99,99	8.448
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	3.702	4.856	99,99	3.702
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	43.569	7.059	100,00	43.569
T4F USA Inc.	1.228	418	100,00	1.228
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.327	7.435	75,00	6.245
Total				<u>64.482</u>

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas”

	Controladora
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2010	64.482
Equivalência patrimonial	1.539
Ajustes acumulados de conversão	(2.366)
Dividendos de controladas	<u>(3.868)</u>
Saldo do investimento líquido em 30 de junho de 2011	<u>59.787</u>

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

Notas Explicativas

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional relacionado com a indústria do entretenimento e marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias diretamente relacionadas à indústria do entretenimento; a prestação de serviços de informatização de bilheterias, mediante o fornecimento de tecnologia e assistência técnica; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento ou aporte de capital em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina - 95%, Ticketmaster Argentina - 95%, Ticketek Argentina - 5%, Clemente Lococo - 95%, Pop Art - 100%, T4F Chile - 99,31%, Ticketmaster Chile - 99,35% e B.A. Inversiones - 5%. Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones - 41,07%, T4F Entretenimientos Argentina - 5%, Clemente Lococo - 5%, Ticketek Argentina - 95% e Ticketmaster Argentina - 5%.
- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - constituída em 26 de novembro de 2007 no estado da Flórida - EUA, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos, sendo atualmente a responsável pela promoção das corridas de “stock car” no Brasil.

b) Ágio na aquisição de investimentos

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.204	83.204
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina e Clemente Lococo (v)	-	-	5.763	6.357
Total	128.717	128.717	134.480	135.074

- (i) Até o ano 2006, por ocasião de aquisição de participação acionária, a Companhia passou a ser detentora de 55% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A., gerando para tal um ágio no valor R\$6.168.

Em 3 de dezembro de 2007, o Acordo de Investimento e Outras Avenças foi aditado, resultando na revisão do valor pago anteriormente pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.774. Além disso, em atendimento à cláusula contratual contida no acordo original, especificamente com relação à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007, comparando-o com aquele definido no acordo, houve ajuste complementar no valor pago de R\$255. Em decorrência desse fato, foi registrado na Companhia o complemento do ágio no montante total de R\$5.029.

Em 10 de junho de 2009, o Acordo foi novamente aditado, resultando em nova revisão do valor pago pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.152; a diferença de preço de R\$621 foi paga à Companhia em 7 de julho de 2009, quando também foi pago o valor de R\$255, referente à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007. Nessa mesma data, a Companhia adquiriu de terceiros uma participação adicional de 20% do capital social da controlada (60 ações), gerando um ágio total de R\$6.421. De acordo com a IFRS 3 – Combinações de empresas (revisada em 2008) está determinado que, uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de

Notas Explicativas

alinhar os interesses societários dos acionistas diretos e indiretos, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão com a participação dos acionistas.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação e em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido a zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização.

Esse ajuste foi registrado para atendimento restrito às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, uma vez que resultou de incorporação reversa (a Companhia incorporou sua controladora direta), embora permaneçam válidos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio. Por esse motivo, o saldo desse ágio, mesmo com seu valor reduzido a zero por meio de provisão efetuada na própria ADTSPE, não produzirá efeito nas informações contábeis intermediárias dos acionistas controladores.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou um ágio no valor de R\$96.853, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Esse ágio foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2007. Em contrato celebrado em 2 de agosto de 2007, a Companhia alienou 1.200 ações da empresa B.A. Inversiones S.A., representativas de 5% do capital social, à T4F Inversiones S.A. pelo valor de R\$1.873, equivalente a US\$1.000. Com a operação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio e o investimento na controlada nos montantes de R\$2.092 e R\$143, respectivamente, e apurou perda de capital de R\$362, registrada no resultado sob a rubrica “Outras receitas operacionais, líquidas”. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2009, a Companhia registrou uma recuperação parcial desse ágio, no valor de R\$1.542, equivalente a US\$660, e de R\$506, equivalente a US\$270, respectivamente, pela indenização por parte do acionista anterior, CIE Internacional S.A. de C.V., de certos passivos registrados pelas controladas Pop Art S.A. e Ticketek Argentina S.A., quando da aquisição destas pela Companhia.
- (v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo. No caso da Pop Art S.A., em 14 de maio de 2007, a empresa adquiriu os 49% das ações, gerando um ágio de R\$6.435, que, somado ao ágio gerado na aquisição inicial de R\$3.683, resulta em R\$10.118. Em relação à Ticketek Argentina S.A., as controladas adquiriram essa empresa em 16 de maio de 2006, gerando um ágio total de R\$641. Tais ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2007, passando a ser testados pelos seus valores recuperáveis a partir de então.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 12% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foram as seguintes:

<u>Incremento na receita líquida</u>	A Administração projeta o crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada (São Paulo e Rio de Janeiro). O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado. Adicionalmente, será incrementada a quantidade de shows nas praças em que já atua, associada à crescente demanda identificada no período imediatamente anterior ao período em que foram efetuadas as projeções.
<u>Margem bruta projetada</u>	Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade, associada a esperadas melhorias de eficiência.
<u>Inflação dos preços dos ingressos</u>	Foram consideradas, para elaboração dos preços dos ingressos, as previsões para os índices de preços ao consumidor para o período das projeções dos países em que a Companhia atua.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
		Custo reavaliado:			
Terrenos	-	-	-	406	448
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	77.799	77.164	99.437	98.874
Móveis e utensílios	6	4.599	4.353	8.151	7.737
Máquinas e equipamentos	7	10.701	10.344	15.290	14.880
Equipamentos de processamento de dados	17	5.642	5.362	8.794	8.640
Veículos	20	357	357	2.196	527
Imobilizado em andamento	-	150	-	150	-
Total		99.248	97.580	134.424	131.106

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
		Depreciação acumulada:			
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(76.239)	(76.135)	(91.225)	(90.975)
Móveis e utensílios	6	(2.044)	(1.899)	(4.310)	(4.079)
Máquinas e equipamentos	7	(4.613)	(4.364)	(6.920)	(6.610)
Equipamentos de processamento	17	(3.277)	(2.827)	(6.024)	(5.593)
Veículos	20	(265)	(232)	(444)	(397)
Total		(86.438)	(85.457)	(108.923)	(107.654)

Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	406	448
Obras civis, instalações, benfeitorias em propriedades de terceiros		1.560	1.029	8.212	7.899
Móveis e utensílios		2.555	2.454	3.841	3.658
Máquinas e equipamentos		6.088	5.980	8.370	8.270
Equipamentos de processamento de dados		2.365	2.535	2.770	3.047
Veículos		92	125	1.752	130
Imobilizado em andamento		150	-	150	-
Total		12.810	12.123	25.501	23.452

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada pela Companhia a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento eletrônico de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita

Notas Explicativas

a obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

A rubrica “Outros intangíveis” representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Custo	-	4.621	4.243	9.549	9.660
Amortização	20	(2.547)	(2.299)	(7.329)	(7.499)
Total		<u>2.074</u>	<u>1.944</u>	<u>2.220</u>	<u>2.161</u>

c) Composição do imobilizado reavaliado:

	30/06/11		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	790	(255)	535
Máquinas e equipamentos	2.399	(535)	1.864
Equipamentos de processamento de dados	366	(228)	138
	<u>30.429</u>	<u>(27.892)</u>	<u>2.537</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(863)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de junho de 2011			<u>1.674</u>

Notas Explicativas

	30/06/11		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.384	(607)	777
Máquinas e equipamentos	4.211	(1.509)	2.702
Equipamentos de processamento de dados	492	(330)	162
	<u>32.961</u>	<u>(29.320)</u>	<u>3.641</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.238)
Eliminações do consolidado (i)			<u>(729)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de junho de 2011			<u>1.674</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutações do imobilizado

	Controladora	Consolidado
	30/06/11	30/06/11
Saldo inicial em 31/12/10	12.123	23.452
Adições:		
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	635	1.409
Móveis e utensílios	246	489
Máquinas e equipamentos	357	457
Equipamentos de processamento de dados, sistemas e aplicativos	280	339
Veículos	-	1.670
Imobilizado em andamento	150	150
Total de adições	<u>1.668</u>	<u>4.514</u>
Baixa de controladas no período:		
Baixas líquidas	-	(12)
Depreciação	(981)	(2.133)
Efeitos de variação cambial	-	(320)
Total de baixas	<u>(981)</u>	<u>(2.465)</u>
Saldo final	<u>12.810</u>	<u>25.501</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento eletrônico, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no

Notas Explicativas

montante de R\$7.933, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

e) Muta  o do intangível

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/11</u>
Saldo inicial em 31/12/10	1.944	2.161
Adi��es (exclus��es):		
Software	378	393
Amortiza��o	(248)	(314)
Outras	-	(20)
Saldo final	<u>2.074</u>	<u>2.220</u>

Em 31 de dezembro de 2010, em atendimento ao CPC 01, os ativos imobilizado e intangíveis foram submetidos ao teste de "impairment", com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, os quais não indicaram eventuais perdas a serem reconhecidas.

15. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Fornecedores nacionais	20.263	12.401	43.305	33.888
Fornecedores estrangeiros	635	2.375	2.179	2.587
Total	<u>20.898</u>	<u>14.776</u>	<u>45.484</u>	<u>36.475</u>

16. DEBÊNTURES

A Companhia celebrou, em 30 de junho de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em a  es; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150 milhões, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instru  o CVM n   476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposi  es legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribui  o perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n   6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Os custos de transa  o incorridos na capta  o estão contabilizados como redu  o do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08.

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora e consolidado	
		30/6/2011	31/12/2010
Debêntures	CDI + 1,47 a 2,09	<u>150.236</u>	<u>150.276</u>
Parcela do passivo circulante		37.736	19.026
Parcela do passivo não circulante		112.500	131.250

- a) Em 30 de junho de 2011, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:
- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
 - ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
 - iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
 - iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15 milhões.
 - v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim.
 - vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
 - vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
 - viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
 - ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
 - x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Notas Explicativas

b) As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor na data de assinatura da escritura de emissão.
- iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras de cartão de crédito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e consolidado</u>
2012	18.750
2013	37.500
2014	37.500
2015	18.750
Total	<u><u>112.500</u></u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
COFINS a recolher	1.967	1.889	2.146	2.176
PIS a recolher	423	413	464	478
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.005	4.827	4.107	4.951
Parcelamento - ISS (b)	-	-	425	418
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.320	3.975
Refis (c)	652	1.081	652	1.081
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	2	42	55
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	1.787	2.279
IVA	-	-	274	969
PIS e COFINS - parcelamento	188	217	188	217
Outros	439	542	583	824
Passivo circulante	<u><u>7.674</u></u>	<u><u>8.971</u></u>	<u><u>11.988</u></u>	<u><u>17.423</u></u>

Notas Explicativas

PIS/COFINS	-	73	-	73
Parcelamento de ISS (b)	-	-	-	139
Refis (c)	4.891	9.731	4.891	9.731
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	2.381	3.174
Passivo não circulante	<u>4.891</u>	<u>9.804</u>	<u>7.272</u>	<u>13.117</u>

- (a) Imposto sobre ingressos brutos, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente sobre as receitas nas controladas da Argentina.
- (b) A Metropolitan Empreendimentos S.A. solicitou parcelamento dos débitos de ISS referentes ao período de 1999 a 2000, o qual foi aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças; os recolhimentos iniciaram-se a partir de maio de 2007. O valor principal do parcelamento foi de R\$834 e da multa de mora de R\$1.255, e o prazo para a liquidação é de 60 parcelas. Sobre cada parcela da dívida incidem juros de 1%, calculados sobre o valor da parcela inicial. Ao final de cada ano, o saldo devedor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.
- (c) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. A consolidação deste parcelamento foi concretizada em 24 de junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento.

Conforme previsto em referida Lei, ao aderir a tal parcelamento, a Companhia se beneficia da redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Adicionalmente, a Companhia poderia optar pelo pagamento ou parcelamento dos débitos, podendo liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios remanescentes, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, não reduzidos nos critérios da referida Lei, com a utilização de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social próprios.

Sendo assim, o valor consolidado destes débitos foi no montante de R\$10.147, tendo a Companhia optado em liquidar parte destes débitos com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$3.344 e R\$1.204, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro, para compensação de multas e juros referentes aos processos. Sendo assim, o saldo restante objeto do parcelamento, foi no montante de R\$5.599, o qual será pago em 120 meses.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme a Lei nº 11.941/09:

Notas Explicativas

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Débitos fiscais IRPJ/CSLL/PER/DCOMP - 2002 e 2003	5.434	10.551
Débitos fiscais PIS/COFINS - 1997 a 2000	109	261
Total	<u>5.543</u>	<u>10.812</u>

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços forem prestados.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contratos de “naming rights” (a)	2.209	1.124	4.152	1.715
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	18.037	32.422	30.082	35.296
Eventos privados (b.2)	2.160	336	9.414	1.565
Vendas antecipadas de ingressos (c)	18.688	52.447	18.855	73.231
Intermediação de shows	-	-	2.729	1.483
Passivo circulante	<u>41.094</u>	<u>86.329</u>	<u>65.232</u>	<u>113.290</u>
Patrocínios - suítes e camarotes (b.1.)	<u>1.274</u>	<u>1.313</u>	<u>1.274</u>	<u>1.313</u>
Passivo não circulante	<u>1.274</u>	<u>1.313</u>	<u>1.274</u>	<u>1.313</u>

(a) Contratos de “naming rights”

Consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, geralmente as empresas, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público em geral, por período determinado e mediante pagamento de determinado valor por tal uso.

Notas Explicativas

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor.

(c) Vendas antecipadas de ingressos

Referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Lei Rouanet

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99.

Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura e apresentados na rubrica “Caixa restrito”, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar no fim do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Notas Explicativas

<u>Controladora</u>	<u>Nº Pronac</u>	<u>Valor aprovado</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
CATS - O Musical - São Paulo	09 5007	6.155	-	253
Mamma Mia	09 7620	13.396	5.822	3.132
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	427	-
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	10 12549	5.117	201	-
Titanic	10 12582	2.986	309	-
Total		<u>33.621</u>	<u>6.759</u>	<u>3.385</u>

<u>Consolidado</u>	<u>Nº Pronac</u>	<u>Valor aprovado</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
CATS - O Musical - São Paulo	09 5007	6.155	-	253
Mamma Mia	09 7620	13.396	5.822	3.132
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	427	-
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	10 12549	5.117	201	-
Titanic	10 12582	2.986	309	-
Slava's	09 6299	3.231	-	40
Stomp	09 4969	2.093	-	41
Total		<u>38.945</u>	<u>6.759</u>	<u>3.466</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

<u>Controladora</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/11</u>
CATS - O Musical - São Paulo	253	129	(382)	-
Mamma Mia	3.132	6.816	(4.126)	5.822
CATS - O Musical - Rio de Janeiro	-	3	(3)	-
As Bruxas de Eastwick	-	700	(273)	427
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	-	1.250	(1.049)	201
Titanic	-	314	(5)	309
Total	<u>3.385</u>	<u>9.212</u>	<u>(5.838)</u>	<u>6.759</u>

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/11</u>
CATS - O Musical - São Paulo	253	129	(382)	-
Mamma Mia	3.132	6.816	(4.126)	5.822
CATS - O Musical - Rio de Janeiro	-	3	(3)	-
As Bruxas de Eastwick	-	700	(273)	427
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	-	1.250	(1.049)	201
Titanic	-	314	(5)	309
Slava's	40	-	(40)	-
Stomp	41	-	(41)	-
Total	<u>3.466</u>	<u>9.212</u>	<u>(5.919)</u>	<u>6.759</u>

Notas Explicativas

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em certas contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos com base nas avaliações de risco de perda provável.

A Companhia mantém, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., contratos em que esta se responsabilizou por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos antes de 1º de dezembro de 2000 (nesse caso, a acionista CIE será responsável por 100%) e entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007 (nesse caso, a CIE será responsável por 85% e Fernando Luiz Alterio por 15%, ou, se as participações societárias à época do fato gerador da referida contingência forem diferentes de 85% e 15%, a responsabilidade de tais acionistas será devida na proporção das respectivas participações então detidas), que resultem em perdas definitivas e com desembolsos para a Companhia, desde que tais perdas excedam o montante de US\$5 milhões, respeitadas as condições do citado contrato. Não obstante, a CIE é, nos termos do contrato de subscrição de ações, 100% responsável por contingências de qualquer natureza relacionadas às controladas localizadas na Argentina e no Chile que tenham fato gerador anterior a 14 de maio de 2007. Considerando os acontecimentos ocorridos dessa natureza até 30 de junho de 2011 e em atendimento ao referido contrato, a CIE Internacional S.A. de C.V. tem a reembolsar à Companhia o valor total de R\$2.448 conforme nota explicativa nº 12. O atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio tem débitos no valor de R\$ 4 com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui uma garantia incondicional de pagamento, integral e à vista, em fiança constituída de acordo com as leis do Distrito Federal do México, outorgada por Corporación Interamericana de Entretenimiento, S.A.B. de C.V., uma companhia mexicana de capital aberto, controladora da CIE Internacional S.A. de C.V., que poderá ser executada pela Companhia a qualquer tempo, caso a obrigação de pagar as referidas perdas indenizáveis, previstas nos contratos de compra e venda, e de subscrição de ações, não seja cumprida pela CIE Internacional S.A. de C.V.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Trabalhistas	11.705	14.210	12.282	14.797
Cíveis	7.684	5.895	9.527	7.714
Tributárias	2.222	2.641	5.510	6.898
Total	21.611	22.746	27.319	29.409
Circulante	6.747	6.972	7.097	7.494
Não circulante	14.864	15.774	20.222	21.915

20.1) Processos tributários

Em junho de 2011, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais contingências tributárias classificadas como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$32.345 (R\$26.646 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Entre os processos tributários que representavam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processos relativos a ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. O montante global desses processos, em 30 de junho de 2011, classificados como perda provável é de aproximadamente R\$23 e como perda possível de cerca de R\$9.595. Em todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

Em fevereiro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Município de São Paulo, com o objetivo de afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia o recolhimento de ISS em razão da isenção tributária prevista na Lei Municipal nº 15.134/10. A liminar foi concedida em 7 de fevereiro de 2011 e, posteriormente, confirmada por meio de sentença favorável à Companhia de 19 de abril de 2011, que reconheceu seu direito à isenção prevista na citada Lei. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante do imposto, objeto da discussão, no período compreendido entre abril de 2010 até 30 de junho de 2011, é de R\$2.606. Nossos assessores classificam a probabilidade de perda desse caso como possível.

- b) A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, para cujo processo se discute o valor de R\$7.360, que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos a: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos é de que a perspectiva de perda é possível.
- c) A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, sendo discutido o valor de R\$2.279, decorrente, em suma, da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de ofício (75%) e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos é de que a perspectiva de perda é possível.
- d) Em dezembro de 2010, a Vicar Promoções Desportivas S.A., controlada da Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de Campinas - SP, sendo discutido o valor de R\$1.704, decorrente, em suma, da cobrança de valores de IRPJ e CSLL relativos a: (i) insuficiência ou falta de recolhimento de estimativas mensais apuradas

Notas Explicativas

com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, referente aos anos-calendário 2005 e 2006; e (ii) cobrança de multa isolada para todos os meses envolvidos. Os valores relativos ao ajuste do ano-calendário 2006, multa de mora (20%) e juros foram pagos durante a fiscalização. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos é de que a perspectiva de perda é provável no que concerne à diferença entre o valor pago de multa de mora (20%) e o valor pago de multa de ofício (75%), e multa isolada referente a 2005, no valor aproximado de R\$396, e remota no que concerne aos valores pagos durante a fiscalização, e multa isolada referente a 2006.

20.2) Processos trabalhistas

Com base na avaliação efetuada por seus assessores jurídicos externos, a Companhia e suas controladas possuem riscos trabalhistas e previdenciários no montante de R\$8.255 (R\$10.681 em 31 de dezembro de 2010). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações de natureza trabalhista cujo risco de perda é provável, conforme opinião dos assessores jurídicos externos, totalizando R\$4.027 (R\$4.116 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia e suas controladas, em 30 de junho de 2011, estão envolvidas em 76 processos trabalhistas, cujos riscos foram considerados possíveis, no valor de R\$2.114 (R\$5.394 em 31 de dezembro de 2010, correspondentes a 82 processos).

Entre os processos trabalhistas que representavam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, em 31 de dezembro de 2010, está em fase de execução provisória em primeira instância; há recurso de revista da Companhia pendente de julgamento. O valor bruto envolvido é de R\$1.726, cuja perda é classificada como provável.
- b) Processo/expediente que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Roberto Costa contra as seguintes empresas: T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimientos Argentina S.A., B.A. Inversiones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante invoca, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa em 10 de dezembro de 2010, por cada uma das empresas reclamadas, e aguarda a instrução e o julgamento do processo, sendo o valor envolvido de R\$2.782, cuja perda é classificada como possível.

20.3) Processos cíveis e outros

A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis no montante de R\$9.527, classificados como risco de perda provável (R\$7.714 em 31 de dezembro de 2010). As principais alegações no Brasil advêm de violação a normas consumistas e negativas de venda de ingressos com 50% de desconto (decorrentes de leis referentes à “meia-entrada”)

Notas Explicativas

e na Argentina perseguem responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Entre os processos cíveis que representavam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Entre os processos cujo risco de perda é classificado como possível inclui-se o litígio com o Clube Atlético Mineiro, no valor de R\$28.997 em 30 de junho de 2011, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se eventual interposição de recurso de apelação do autor.
- b) A Companhia é autora reconvida em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e, de acordo com os assessores jurídicos, a chance de perda da Companhia é possível.
- c) A Companhia é parte ativa em duas ações renovatórias de contratos de locação dos imóveis, nos quais a Companhia opera duas de suas casas de espetáculos: (i) Citibank Hall; e (ii) Credicard Hall, ambas em São Paulo. Tais ações foram propostas em fevereiro de 2008 e em julho de 2009 e tramitam perante a 2ª e 28ª Varas Cíveis do Foro Central da Comarca de São Paulo, respectivamente; no polo passivo da ação citada no item (i) anterior figura a Associação Brasileira de Educação e Assistência - ABEA e no polo passivo da ação citada no item (ii) anterior está a Companhia Horário Sabino Coimbra - Comércio e Participações Ltda. Segundo os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda na ação do item (i) anterior é provável no que concerne a retomada do imóvel; dessa forma, a provisão para as verbas de sucumbência é de R\$244, além de R\$588, para provisão de diferença estimada de aluguéis e a probabilidade de perda na ação do item (ii) é remota. Ambos os processos estão em fase de produção de prova pericial, para posterior decisão de primeira instância.

Notas Explicativas

- d) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa nesse processo, e, em 30 de junho de 2011, o processo aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos advogados da Companhia, o risco de perda é possível; e (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia: (1) de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia à restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia já apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, o risco de perda é possível.
- e) A Companhia, nos anos 2010 e 2011, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$1.786. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos são classificados como risco de perda possível, e todos os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, esta poderá discutir tais autuações na esfera judicial.

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Controladora	31/12/10	Provisão / Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/11
Trabalhistas	14.210	(2.401)	(338)	234	11.705
Cíveis	5.895	1.863	(74)	-	7.684
Tributárias	2.641	(470)	-	51	2.222
Total	<u>22.746</u>	<u>(1.008)</u>	<u>(412)</u>	<u>285</u>	<u>21.611</u>

Consolidado	31/12/10	Provisão / Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Outros resultados abrangentes	30/06/11
Trabalhistas	14.797	(2.385)	(358)	258	(30)	12.282
Cíveis	7.714	1.985	(75)	59	(156)	9.527
Tributárias	6.898	(1.382)	-	214	(220)	5.510
Total	<u>29.409</u>	<u>(1.782)</u>	<u>(433)</u>	<u>531</u>	<u>(406)</u>	<u>27.319</u>

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital social da Companhia é de R\$227.619 (líquido de gastos com emissão de ações no montante de R\$9.504) é representado por 69.190.450 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R\$36.462 em 31 de dezembro de 2010 é representado por 229.865.248 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal).

A reconciliação das ações no início e no fim do exercício/semestre e como segue:

	<u>Consolidado</u>
Posição acionária em 31 de dezembro de 2010	229.865.248
Grupamento das ações em 13 de janeiro de 2011	57.466.312
Novas ações emitidas em 11 de abril de 2011	<u>11.724.138</u>
Posição acionária em 30 de junho de 2011	<u>69.190.450</u>

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros da Companhia existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4:1, de forma que cada 4 ações ordinárias de sua emissão passaram a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações.

Em 22 de março de 2011, os acionistas firmaram um Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, nos termos do qual a F.A. Comércio e Participações S.A. ("F.A. Part") vendeu e transferiu ao GIF-II Fundo de Investimento em Participações ("GIF-II"), gerido pelo GIF Gestão de Investimentos e Participações Ltda., 2.011.321 ações ordinárias de titularidade da F.A. Part representativas de 3,5% do capital social da Companhia, ao preço total de R\$1,00.

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações na BM&FBOVESPA. A liquidação das ações comercializadas ocorreu em 15 de abril de 2011. O montante total captado foi de R\$187.586 tendo a Companhia incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.504, líquido dos efeitos tributários de R\$4.896. A referida captação foi contabilizada pelo valor líquido dos referidos gastos em atendimento ao disposto no CPC 08 – Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro

Notas Explicativas

líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

Os dividendos obrigatórios e adicionais destacados em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$9.175 e R\$27.524, respectivamente, foram pagos em 30 de março de 2011.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, foi constituída reserva legal no valor de R\$1.705. Em 2010, o valor destinado à reserva legal é inferior aos 5% definidos na Lei das Sociedades por Ações, para atender a outra obrigação da Lei, em que o total de reserva legal não pode ultrapassar 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, “o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos”.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2011, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial”, perda relativa ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior, no montante de R\$2.366 (ganho acumulado de R\$2.912 em 31 de dezembro de 2010).

f) Reserva de capital

Conforme descrito na nota explicativa nº 31 em 13 de abril de 2011, o plano de opção de compras de ações da Companhia foi convertido de passivo financeiro para instrumento de patrimônio. Portanto, naquela data, a Companhia transferiu para o patrimônio na rubrica reversa de capital, o montante de R\$2.549 e na mesma data efetuou a avaliação deste instrumento ao seu valor justo. A despesa correspondente à contraprestação dos serviços entre aquela data e 30 de junho de 2011, correspondem a R\$1.077 registrado no resultado do período contra reserva de capital.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	181.821	196.417	288.717	317.945
Receita bruta de produtos	-	-	9.775	11.664
Impostos incidentes	(22.392)	(25.796)	(32.111)	(33.526)
Receita líquida	<u>159.429</u>	<u>170.621</u>	<u>266.381</u>	<u>296.083</u>

Notas Explicativas**23. DESPESAS LÍQUIDAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(98)	357	(234)	10
Serviços de terceiros	(9.759)	(7.066)	(16.884)	(14.950)
Utilidades e facilidades	(1.349)	(1.211)	(1.585)	(1.423)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº. 24)	(18.393)	(13.838)	(26.799)	(20.699)
Outras despesas operacionais	(362)	(1.987)	(727)	(2.543)
Despesas operacionais	(29.961)	(23.745)	(46.229)	(39.605)

As despesas operacionais apresentadas acima representam a somatória das rubricas, vendas, gerais e administrativas e remuneração dos administradores na demonstração de resultado.

24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Salários e bonificações	(10.887)	(8.419)	(19.312)	(13.271)
Despesa de férias	(810)	(877)	(1.121)	(1.289)
Despesa de 13º salário	(571)	(611)	(1.018)	(906)
Encargos sociais	(3.192)	(3.084)	(5.004)	(4.561)
Participação nos resultados - bônus	(896)	(1.789)	(1.020)	(2.077)
Pagamento baseado em ações	(1.077)	-	(1.077)	(47)
Outros benefícios a empregados (i)	(1.604)	(1.172)	(2.664)	(1.824)
Total de despesas com benefícios a empregados	(19.037)	(15.952)	(31.216)	(23.975)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(644)	(2.114)	(4.417)	(3.276)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(18.393)	(13.838)	(26.799)	(20.699)
	(19.037)	(15.952)	(31.216)	(23.975)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição nem benefício definido a seus empregados.

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(129)	(3.153)	(693)	(4.117)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(152)	(91)	(1.033)	(1.003)
Multas - processos contingentes	(1)	(166)	(12)	(198)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	(315)	-	(315)	-
Juros com debêntures	(9.391)	(3.870)	(9.391)	(3.870)
Outras	(485)	(263)	(712)	(314)
Total	(10.473)	(7.543)	(12.156)	(9.502)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Receitas financeiras:				
Juros ativos	4.655	1.057	5.051	1.200
Rendimentos de aplicações financeiras	6.989	1.331	7.910	2.126
Ganhos líquidos decorrentes de operação de "swap"	-	971	-	971
Outras	13	57	43	77
Total	11.657	3.416	13.004	4.374

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(1.809)	(11.918)	(3.522)	(13.365)
Ativas	1.739	8.116	2.750	10.520
Varição monetárias, líquidas:				
Passivas	(294)	(369)	(366)	(433)
Ativas	64	57	94	91
Total	(300)	(4.114)	(1.044)	(3.187)

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.809	1.686	2.887	1.623
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(2)	(80)	(2)	1.139
Receita de bonificação	97	63	1.124	769
Outras receitas operacionais, líquidas	(74)	60	371	490
Total	1.830	1.729	4.380	4.021

Notas Explicativas**27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(2.802)	(2.577)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(454)	(745)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(20.340)</u>	<u>(10.715)</u>	<u>(20.214)</u>	<u>(10.850)</u>
Total	<u>(20.340)</u>	<u>(10.715)</u>	<u>(23.470)</u>	<u>(14.172)</u>

A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Lucro do exercício antes do IRPJ e da CSLL	29.511	33.403	33.233	37.931
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota	(10.034)	(11.357)	(11.299)	(12.897)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(63)	(234)	(72)	(291)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(89)	(180)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	365	922
Controlada tributada no exterior	-	-	(1.722)	1.203
Resultado de equivalência patrimonial	523	3.696	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(367)	-	(367)	-
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento (i)	(11.391)	-	(11.391)	-
Outras	<u>992</u>	<u>(2.820)</u>	<u>1.105</u>	<u>(2.929)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(20.340)</u>	<u>(10.715)</u>	<u>(23.470)</u>	<u>(14.172)</u>

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 17 (c.), em 24 de junho de 2011 a Receita Federal do Brasil consolidou o parcelamento de débitos instituídos pela Lei 11.941/2009, tendo a companhia desistido de discussões administrativas acerca de determinados Autos de Infração relativos a IRPJ e CSLL e incluído referidos débitos em tal parcelamento. Desta forma, a companhia revisou as apurações do IRPJ e CSLL dos exercícios autuados, revertendo assim prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL apurados naqueles exercícios, o que resultou na baixa dos impostos diferidos no montante de R\$ 10.447 para o resultado do período. Adicionalmente a companhia optou pelo benefício de liquidar a parte do parcelamento referente a multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa e, portanto, realizou o IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$ 944.

Notas Explicativas

A alíquota utilizada nas conciliações de junho 2011 e junho 2010 apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no país sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária daquela jurisdição.

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

Controladora

	<u>31/12/10</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>30/06/11</u>
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	55.589	(3.066)	52.523
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	33	80
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.644	(296)	7.348
Prejuízos fiscais	18.475	(8.517)	9.958
Base negativa de CSLL	6.884	(2.874)	4.010
Outras provisões	<u>1.527</u>	<u>(422)</u>	<u>1.105</u>
Total do ativo	<u>90.166</u>	<u>(15.142)</u>	<u>75.024</u>
Impostos diferidos passivos sobre:			
Não circulante:			
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(889)	27	(862)
Variação cambial	<u>(150)</u>	<u>(328)</u>	<u>(478)</u>
Total do passivo	<u>(1.039)</u>	<u>(301)</u>	<u>(1.340)</u>
Total líquido	<u>89.127</u>	<u>(15.443)</u>	<u>73.684</u>
RTT- Gastos na emissão de ações (i)		<u>(4.896)</u>	
Total no resultado		<u>(20.339)</u>	

Notas ExplicativasConsolidado

	<u>31/12/10</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Reconhecido em outros resultados abrangentes</u>	<u>30/06/11</u>
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	55.589	(3.066)	-	52.523
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	33	-	80
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.173	(123)	(173)	8.877
Prejuízos fiscais	18.475	(8.517)	-	9.958
Base negativa de CSLL	6.884	(2.874)	-	4.010
Outras provisões	2.435	(440)	(102)	1.893
Total do ativo	<u>92.603</u>	<u>(14.987)</u>	<u>(275)</u>	<u>77.341</u>
Impostos diferidos passivos sobre:				
Não circulante:				
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.279)	(3)	44	(1.238)
Variação cambial	(150)	(328)	-	(478)
Total do passivo	<u>(1.429)</u>	<u>(331)</u>	<u>44</u>	<u>(1.716)</u>
Total líquido	<u>91.174</u>	<u>(15.318)</u>	<u>(231)</u>	<u>75.625</u>
RTT- Gastos na emissão de ações (i)		<u>(4.896)</u>		
Total no resultado		<u>(20.214)</u>		

(i) Refere-se aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre os gastos nas emissões de ações no montante de R\$ 14.400 (R\$ 9.504 líquido dos efeitos tributários) ocorrida em 13 de abril de 2011 (vide nota explicativa 21 (a) contabilizados no patrimônio líquido, conforme disposto no CPC 08. Tendo em vista a dedutibilidade de tais gastos para efeito de apuração do lucro real, foi constituído IRPJ e CSLL diferidos naquela data, entretanto, a realização deste ocorreu no mesmo período.

c) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:		
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	9.466	8.884
Diferenças temporárias dedutíveis	<u>(78)</u>	<u>756</u>
	9.388	9.640
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos diferidos ativos não reconhecidos ao final do período	<u>3.192</u>	<u>3.278</u>

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O crédito

Notas Explicativas

tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Em decorrência do processo de incorporação reversa efetuada em 30 de junho de 2007, foi transferido para a Companhia o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o montante da provisão para baixa do ágio que estava registrado na ADTSPE. Como o saldo do ágio será amortizado na proporção do resultado operacional após a incorporação, espera-se que o saldo desse imposto de renda e contribuição social diferidos seja realizado no máximo nos próximos cinco anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em junho de 2011.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	7.937	8.516
2012	24.704	25.313
2013	26.818	27.428
2014	<u>15.565</u>	<u>16.174</u>
Total	<u><u>75.024</u></u>	<u><u>77.431</u></u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo

Notas Explicativas

patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Controladora	
			30/06/11	31/12/10
	Passivo			
Debêntures	circulante e não circulante	16	(150.236)	(150.276)
Aplicações financeiras	Ativo circulante	6	205.705	69.072
Total de exposição			<u>55.469</u>	<u>(81.204)</u>
			Consolidado	
Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	30/06/11	31/12/10
	Passivo			
Debêntures	circulante e não circulante	16	(150.236)	(150.276)
Aplicações financeiras	Ativo circulante	6	243.394	91.455
Total de exposição			<u>93.158</u>	<u>(58.821)</u>

- i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 6.
- ii) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- iii) Adicionalmente, para atender à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 30 de junho de 2011 a Administração estimou, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN (24/06/2011), taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	30/06/11	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 12,50%	CDI - 15,63%	CDI - 18,75%
Debêntures	(150.236)	(172.288)	(177.081)	(181.859)
Aplicações financeiras	205.705	231.966	238.542	245.096
Exposição líquida	55.469	59.678	61.461	63.237

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$ 59.678 nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 1,89% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho de 2011. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam uma variação líquida de R\$1.783 e R\$3.559, respectivamente, em comparação ao cenário provável.
- (ii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco.
- (iii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possuía exposição de variação de moeda estrangeira, em virtude dos contratos de fornecedores internacionais (passivo em dólares), por este motivo contratou Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) e fundo cambial.

A NDF contratada em 12 de janeiro de 2011, no valor de USD 2.986 com taxa de 1,7095 foi liquidada em 01 de abril de 2011 com a taxa PTAX de 1,6287, sofrendo variação de R\$241, que foi registrada e subseqüentemente reconhecida no resultado financeiro.

O investimento em fundo cambial de R\$ 5.200, contratado em 04 de janeiro de 2011 foi resgatado na sua totalidade em 08 de abril de 2011, sofrendo variação negativa na cota de 5,2%, registrado e reconhecido em despesas financeiras no semestre.

Notas Explicativas

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Moeda	Controladora		Consolidado	
				30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a,b,c)	Pesos argentinos	15.168	13.508	843	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a,b,c)	Dólares norte-americanos	969	12.329	-	13.065
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	12 (a,b,c)	Pesos argentinos	-	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	12 (a,b,c)	Dólares norte-americanos	(12.298)	(13.371)	-	-
Fornecedores	Passivo circulante	15	Dólares norte-americanos	(635)	(2.375)	(2.179)	(2.588)
Total de exposição				<u>3.204</u>	<u>10.091</u>	<u>(1.336)</u>	<u>10.477</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor de US\$8.000, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar em moedas estrangeiras devidos aos fornecedores.

c) Análise sensitiva de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 30 de junho de 2011, foi estimado que um aumento ou uma redução de 10% nas flutuações e/ou nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido as receitas ou despesas financeiras é de aproximadamente de R\$800. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e dos financiamentos em aberto.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido detalhado na nota explicativa nº 25.

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e

Notas Explicativas

financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a cobertura está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		30/06/11	31/12/10
	<u>Modalidade</u>		
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Responsabilidade civil geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, responsabilidade civil - empregador, responsabilidade civil - garagista e danos morais	22.560	14.281
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	75.739	69.449
		<u>98.299</u>	<u>83.730</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, quais sejam, Credicard Hall, Citibank Hall São Paulo e Citibank Hall Rio de Janeiro, além do Teatro Opera Citi em Buenos Aires, Argentina, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das aludidas casas de espetáculos e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consistente em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio e outras avenças, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

Notas Explicativas

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes é como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>
	<u>e consolidado</u>
	<u>30/06/2011</u>
Até 1º ano	1.156
Do 2º ao 5º ano	10.501
Após 5º ano	<u>8.046</u>
Total	<u><u>19.703</u></u>

c) Cartas de garantia de crédito

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$20.250 e US\$28.000, respectivamente.

d) Cartas de fiança

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$5.689 e R\$6.600, respectivamente.

31. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

Notas Explicativas

As tranches anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Desde a data de aprovação do referido Plano foram celebrados contratos de opções e outorga para sete executivos contemplados, entretanto, em datas distintas.

Conforme determinam os contratos, os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo na data de reporte das demonstrações financeiras. Entretanto, referidos contratos determinam também que caso a Companhia efetue processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo dessas opções foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em um instrumento patrimonial, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado até 31/12/10</u>	<u>Valores registrados no resultado do trimestre findo em 30/06/11</u>	<u>Valores registrados no resultado do semestre findo em 30/06/11</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
2007	1.238.454	1.886	350	576	407
2008	505.576	642	340	471	301
2010	119.373	21	3	29	159
Total	<u>1.863.403</u>	<u>2.549</u>	<u>693</u>	<u>1.076</u>	<u>867</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações em 13 de abril de 2011, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado				
	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	01/03/10
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/9/2014	1/10/2014	15/7/2015	23/2/2017	1/3/2017
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 plano não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI
Preço para exercício, corrigido pelo CDI - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,93
Valor justo por opção – R\$:			(i)	0,04	
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	0	0
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	1,5
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	2,23
Série 4	5,5	5,51	6,34 e 1,83	2,74	2,75

(i) 1 Plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais foi identificado pelos principais executivos da Companhia.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas a: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tíquetes, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínio esportivos. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas

Notas Explicativas

despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2011 e de 2010. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas informações contábeis intermediárias, bem como com as políticas contábeis aplicadas:

b) Informações geográficas

A Companhia opera em três principais áreas geográficas: Brasil, Argentina e Chile.

	Consolidado			
	Promoção	Operações de	Patrocínio	Total
	de eventos	bilheteria, alimentação e bebidas, operação de casas de espetáculo		
Receita líquida	174.044	35.842	56.495	266.381
Custos	(163.570)	(27.533)	-	(191.103)
Lucro bruto	10.474	8.309	56.495	75.278
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(9.444)	(9.432)	-	(18.876)
	1.030	(1.123)	56.495	56.402
Despesas administrativas				(22.973)
Despesas financeiras				(196)
Lucro antes dos impostos				33.233

	Consolidado			
	Promoção	Operações de	Patrocínio	Total
	de eventos	bilheteria, alimentação e bebidas, operação de casas de espetáculo		
Receita líquida	200.304	34.324	61.455	296.083
Custos	(188.992)	(25.261)	-	(214.253)
Lucro bruto	11.312	9.063	61.455	81.830
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(6.905)	(8.305)	-	(15.210)
	4.407	758	61.455	66.620
Despesas administrativas				(20.373)
Despesas financeiras				(8.316)
Lucro antes dos impostos				37.931

Notas Explicativas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

<u>Abertura geográfica dos resultados</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>
Receita líquida		
Brasil	190.414	221.636
Argentina	53.052	54.691
Chile	22.915	19.756
	<u>266.381</u>	<u>296.083</u>
Lucro bruto		
Brasil	66.341	68.460
Argentina	4.731	8.699
Chile	4.206	4.671
	<u>75.278</u>	<u>81.830</u>
Lucro operacional		
Brasil	33.139	32.977
Argentina	(644)	1.263
Chile	738	3.691
	<u>33.233</u>	<u>37.931</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>
Informação suplementar:				
Dividendos a receber de controladas	(3.642)	-	-	(1.810)
Dividendos retidos - vide nota explicativa nº 12 b)	(9.175)	15.071	(9.616)	14.644
Aquisição de imobilizado não liquidada	80	(2)	140	26
Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	1.177	(982)	3.057	(982)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.385)	(2.289)
Efeito tributário no gasto da emissão de ações	4.896	-	4.896	-

Notas Explicativas

34. LUCRO POR AÇÃO

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do semestre, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o semestre.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição; dessa forma, não há diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011.

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>
Lucro do semestre atribuível aos acionistas da Companhia	<u>9.171</u>	<u>22.688</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>69.190</u>	<u>57.466</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>63.328</u>	<u>57.466</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,1325</u>	<u>0,3948</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,1448</u>	<u>0,3948</u>

35. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 12 de julho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 100% de sociedade denominada Ticket Co. Spa. pela T4F Entretenimento S.A.. A sociedade adquirida está estabelecida na cidade de Santiago no Chile, cuja atividade operacional será a comercialização de ingressos para eventos diversos, não sendo esta ainda uma sociedade operativa. O valor do capital social da Ticket Co. Spa. é de \$10.000 Pesos Chilenos, equivalente a R\$3 em 30 de junho de 2011.

Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão 100.170 ações ordinárias pela Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$9,99 (nove reais e noventa e nove centavos) por ação, por força do exercício da opção de compra de tais ações por administradores da Companhia, nos termos do Plano aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 2007, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011 (vide nota explicativa nº21). Os titulares das ações

Notas Explicativas

firmaram boletins de subscrição com obrigação de integralização à vista no valor total de R\$1.001, passando o capital social da companhia a ser R\$238.124 dividido em 69.290.620 ações.

36. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 9 de agosto de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da

T4F Entretenimento S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquelas datas e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Reynaldo Awad Saad

Contador

CRC nº 1 SP 215056/O-1